



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

COMARCA DE MONTE CARMELO - JUSTIÇA COMUM

FÓRUM TITO FULGÊNCIO

R TITO FULGÊNCIO, 245 - CENTRO - CEP: 38500000 - Tel: (34) 3842-1433 - MONTE CARMELO/MG  
262 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

2ª VARA

PROCESSO: 0016757-73.2018.8.13.0431 / 0431.18.001675-7 MANDADO: 2  
MANDADO DE SEGURANÇA - Distribuído em 11/04/2018

IMPETRANTE: CONSTRUTORA SODESTE LTDA  
IMPETRADO : MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO

Pessoa a ser intimada:

MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - CNPJ: 18.593.103/0001-78

Representante Legal: S/REP.LEGAL

Endereço:

PÇ GETÚLIO VARGAS, 272 - Fone: 34 3842-5880

CENTRO - CEP: 38500000 - MONTE CARMELO/MG

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, INTIME a parte acima indicada do inteiro teor da sentença, que segue por cópia.

COMPLEMENTO / DESPACHO JUDICIAL

CÓPIA ANEXA

MONTE CARMELO, 07 de junho de 2018.

Escrivã(o) Judicial: ROSANGELA MALAMAN MAFRA  
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ciente: \_\_\_\_\_

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

JAIME ALVES DE MOURA

REGIÃO: 2 - PERÍMETRO URBANO - REGIÃO 2

Mandado: 2

COM VERBA  
INDENIZATÓRIA

Certidão: ☐ Verso  
☐ Anexa

Verba Indenizatória de R\$ 20,81 já empenhada.

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 AS 18 HORAS  
O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NOS JUÍZADOS ESPECIAIS É DE 08:00 AS 18 HORAS

AUTOS Nº 0431.18.001.675-7

2ª. VARA DA COMARCA DE MONTE CARMELO

MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: CONSTRUTORA SODESTE LTDA.

IMPETRADO: PREFEITO DE MONTE CARMELO/MG

Vistos etc.

Construtora Sodeste Ltda. impetrou mandado de segurança apontando como autoridade coatora o Prefeito de Monte Carmelo/MG pleiteando, liminarmente, para ser declarada habilitada no Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018) ou a suspensão dos efeitos da decisão que considerou a impetrante inabilitada no referido processo licitatório, com o sobrestamento do certame até o julgamento final. Para tanto, sustentou, em síntese, que teve conhecimento do Processo Licitatório de nº 19/2018 por meio do Edital da Licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 02/2018, tipo “menor preço global”, e questionou o referido edital em virtude da *“necessidade de afastar a preclusão do seu direito de obter a modificação da Cláusula 25.4, itens ‘b’ e ‘d’, que fixou exigências para a comprovação da qualificação econômica dos licitantes, haja vista que a mesma deixou de atentar-se para a regra-princípio balizadora dos procedimentos de escolha levados a efeito pela Administração Pública, consoante consagrado na Constituição Federal (art. 37, inciso XXI) e na Lei Diretriz das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93 (arts. 3º, §1º, inciso I e 31, §2º, ambos da Lei nº 8.666/93): o da ampla competitividade para obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público”* (f.3); bem como disse que as *“razões de impugnação ao Edital não foram acatadas pela lídima Comissão, tendo sido mantido o teor original das cláusulas previstas como condições de participação, sob o argumento de que a cláusula impugnada não cumulava as exigências quanto à prova da qualificação econômico-financeira das licitantes”* (f.4) e que, no entanto, *“a impetrante foi inabilitada mesmo tendo apresentado junto com os demais documentos de habilitação, prova cabal de que possui qualificação econômico-financeira capaz de suportar a adequada execução do objeto da licitação”* (f.5). Juntou documentos (fs. 2-224).

A decisão de f. 225-6 deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do procedimento licitatório relativo ao Edital de Tomada de Preços de nº 2/2018 e determinando a notificação da autoridade apontada como coatora para prestar informações.

Notificada (f. 356), a autoridade apontada como coatora prestou informações arguindo preliminar de indeferimento da petição inicial, ao argumento de que ainda não foi julgado o recurso administrativo interposto pela impetrante. Impugnou, ainda, o valor atribuído à causa. No mérito, disse que a cláusula impugnada pela impetrante observou os requisitos legais, notadamente o artigo 31 da Lei nº 866/1993, e que as demais empresas



860

habilitadas atenderam de forma satisfatória a cláusula a que a impetrante resiste em se submeter (f. 233).

O Ministério Público opinou pela concessão da segurança pleiteada (f. 357).

É o relatório. Fundamento e decido.

O caso é de concessão da segurança, mormente pela presença do direito líquido e certo da impetrante e da ilegitimidade do ato da autoridade apontada como coatora.

Na hipótese, a impetrante pediu que fosse determinado à autoridade apontada como coatora a sua regular habilitação no Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018), do Município de Monte Carmelo, ou então que se procedesse à suspensão dos efeitos da decisão do Presidente da Comissão de Licitação no referido processo licitatório, com o sobrestamento do citado procedimento até o julgamento final.

Com efeito, embora os critérios específicos de escolha dos licitantes estejam inseridos no âmbito da discricionariedade administrativa, essa discricionariedade não é absoluta, principalmente quando se tratar de avaliação da situação econômico-financeira dos concorrentes, por estar vinculada aos preceitos legais pertinentes e ao princípio da razoabilidade. Desse modo, como a exigência de comprovação cumulativa da qualificação econômico-financeira pelos índices financeiros de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Grau/Capacidade de Endividamento, espécies do Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante – Passivo Circulante), com o Patrimônio Líquido Mínimo (Edital Tomada de Preços Nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes, item 25.4, alíneas “b” e “d”, fs.184-v a 185) fere frontalmente o dispositivo legal da Lei de Licitações, a conduta da autoridade apontada como coatora de inabilitar a impetrante por entender que tais critérios são cumulativos é ilegal e obviamente viola o direito líquido e certo da impetrante.

Nessa linha de raciocínio, não cabe a alegação da autoridade apontada como coatora de que “o Impetrante apenas juntou o recurso de impugnação ao Edital e o pedido de reconsideração, esquecendo-se do recurso hierárquico que fora protocolado recentemente, sendo concedido o prazo de 05 dias para resposta do Prefeito Municipal” (f.234). Isso porque os documentos de fs.302-313; 314-5; 316-8 e 319-33 informam, simplesmente, os orçamentos apresentados pelas licitantes do Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018); a abertura do processo administrativo; a dotação orçamentária respectiva; o balanço patrimonial da impetrante, extraído da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na data de 06/03/2018, e o recurso administrativo hierárquico, com a decisão do Prefeito do Município de Monte Carmelo, sem apresentar qualquer elemento de prova que pudesse eventualmente desconstituir a decisão de fs.29-34, a qual inabilitou a impetrante daquele referido procedimento licitatório; valendo



ainda consignar que a só juntada da cópia dos processos licitatórios do DEER e DNIT, supostamente “similares”, “com a mesma cláusula imposta no edital 25.4, item ‘b’”, não têm o condão de autorizar o aventado entendimento de que os requisitos previstos no artigo 31, §2º, da Lei nº 8.666/1993 são cumulativos; sendo ainda imperioso esclarecer que inexistem nos autos um único documento comprovando que o recurso hierárquico aviado pela impetrante, mesmo que pendente de “resposta do Prefeito Municipal” (f.234), tenha efeito suspensivo (SEÇÃO XVII – DO DIREITO DE PETIÇÃO, itens 88 a 92, f.189-v).

Conforme entendimento recente do E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em precedente relatado pelo Desembargador Moreira Diniz, já decidiu que, de “*acordo com a Lei nº 12.016/09, não se concederá Mandado de Segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução. 2. Ausente previsão de atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo cabível na hipótese deve ser admitida a impetração da ação mandamental, sendo competência do colendo Órgão Especial por delegação do Tribunal Pleno, processar e julgar, originariamente, o Mandado de Segurança impetrado contra ato do próprio Tribunal ou de seus órgãos diretivos ou colegiados (artigo 33, inciso I, alínea d. RITJMG).*” (Agr. Instr. Nº 1.0000.17.030.928-0/001 [0309280-89.2017.8.13.0000 (1)] – data do julgamento: 09/05/2018; data da publicação: 18/05/2018-g.n.).

Além do mais, é descabida a alegação do Município de Monte Carmelo de que “*o valor atribuído à causa de um mil reais, está muito distante valor licitado, em desconformidade com o art. 292 do CPC*” (f.175). Em verdade, conquanto na presente ação mandamental tenha sido atribuído o valor da causa muito inferior ao montante do orçamento disponibilizado para a realização da obra pela vencedora da licitação, de R\$1.156.631,73 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), o fato é que não cabe, no processo de mandado de segurança, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios (Lei nº 12.016/2009, art. 25), tornando inócua qualquer modificação do valor da causa; até porque restou demonstrado o direito líquido e certo da impetrante.

Da mesma forma, não assiste razão à autoridade apontada como coatora quando insiste que “*não assiste razão a Autora de furtar-se ao atendimento dos requisitos exigidos pelo edital sob a alegação de suposta alternatividade dos requisitos necessários à habilitação para fins de aferição da qualificação econômico-financeira*” (f.244). Ainda que o balanço patrimonial da impetrante não tenha atendido aos requisitos previstos no Edital do Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018) (fs.86 e 300), verifica-se que o patrimônio líquido mínimo representado pelo capital social da Construtora Sodeste Ltda. é da ordem de R\$6.904.261,22 (seis milhões, novecentos e quatro reais e duzentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos) (fs.89-97), isto é, montante muito superior ao exigido



no item 25.4, alínea “d” (f.185, do Edital Tomada de Preços Nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes), e a exigência de comprovação cumulativa da qualificação econômico-financeira pelos índices financeiros de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Grau/Capacidade de Endividamento, espécies do **Capital Circulante Líquido** (Ativo Circulante – Passivo Circulante), com o Patrimônio Líquido Mínimo (Edital Tomada de Preços Nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes, item 25.4, alíneas “b” e “d”, fs.184-v a 185) viola frontalmente o artigo 31 da Lei de Licitações, visto que são **requisitos mutualmente excludentes**, porque a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do artigo 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado (Lei nº 8.666/1993, art. 31, §2º-g.n.).

Frise-se também que os índices relativos à boa situação financeira da empresa concorrente, requisito exigido no Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes, item 25.4, alínea “b”, fs.184-v a 185), obviamente, nada mais são do que espécies do gênero capital mínimo (capital circulante líquido), o qual está expressamente disposto no artigo 31, §2º, da Lei nº 8.666/1993. Assim, como o capital circulante líquido é a somatória da liquidez geral (a qual consiste na mensuração da capacidade da licitante em saldar dívidas a curto e longo prazos, utilizando-se de recursos disponíveis no ativo circulante, realizável a longo prazo); com a liquidez corrente (a qual mede a solvência da empresa licitante) e, por fim, com o grau e/ou a capacidade de endividamento, o/a qual indica o âmbito de comprometimento do capital próprio (**patrimônio líquido** – dos acionistas) com o de credores (passivo exigível), a exigência de comprovação cumulativa da qualificação econômico-financeira pelos índices financeiros de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Grau/Capacidade de Endividamento, espécies do Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante – Passivo Circulante), com o Patrimônio Líquido Mínimo (Processo Licitatório de nº 19/2018; Edital Tomada de Preços Nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes, item 25.4, alíneas “b” e “d”, fs.184-v a 185) viola frontalmente o dispositivo legal da Lei de Licitações e, por consequência, o direito líquido e certo da Construtora Sodeste Ltda.; valendo ainda consignar que pela cópia dos processos licitatórios do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes não são exigidas a comprovação do preenchimento cumulativo dos índices relativos à boa situação financeira da empresa concorrente com o patrimônio líquido mínimo da licitante (itens 7; 7.1.1; 7.1.2; 7.1.3; 7.1.4; 7.1.5; 7.1.6; 7.1.7; 7.1.8; 7.1.9; 7.1.10 e itens 13.5; 13.5.1; 13.5.2; 13.5.3, fs.324-27 e 329-31, respectivamente).



Nem se argumente que “o edital sugeriu sim 02 demonstrações de qualificação econômica financeira no item ‘d’ da cláusula 25.4, no entanto, não deixou o participante de atender o que dispõe a letra ‘b’, não havendo que se postergarem maiores esclarecimentos sobre o assunto” (f.251). Isso porque, na fundamentação da decisão que negou provimento ao recurso da impetrante restou expressamente consignado pelo Presidente da Comissão de Licitação do Município de Monte Carmelo que “o edital não sugeriu 2 (duas) modalidades para esta demonstração, conforme demonstra a Recorrente, mas exigiu a comprovação de todos os documentos discriminados no item 25” (f.32), motivos pelos quais é forçoso concluir que o Edital do Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018) não só “sugeriu” mas sim **exigiu** o preenchimento cumulativo dos requisitos previstos nas alíneas “b” e “d” (Edital Tomada de Preços Nº 02/2018 – Habilitação dos licitantes, fs.184-v a 185), isto é, estabeleceu que da “mera leitura é possível estabelecer que os requisitos são cumulativos e não alternativos” (fundamentação da decisão proferida pelo Presidente da Comissão de Licitação do Município de Monte Carmelo, f.31-g.n.).

Conclui-se, então, que a inabilitação da Construtora Sodeste Ltda. naquele processo licitatório decorreu da exigência indevida do preenchimento concomitante tanto do requisito Índice de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Grau de Endividamento, com a comprovação de que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado da obra, violando expressamente dispositivo legal correlato ao exigir cumulativamente critérios para comprovar a situação econômico-financeira dos licitantes quando a legislação admite a alternatividade de referidos critérios (Lei nº 8.666/1993, art. 31, §2º); até porque, para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços (Súmula nº 275 do Tribunal de Contas da União-g.n.).

O E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em precedente relatado pelo Desembargador Brandão Teixeira, também já decidiu que se declara “a nulidade da exigência de apresentação de prova de quitação de tributos e certidões negativas, como forma de demonstração da regularidade fiscal, para fim de habilitação em concorrência pública, por violar o disposto no art. 29 da Lei 8.666/1993. Declara-se a nulidade da exigência cumulativa de apresentação de capital líquido mínimo e de patrimônio líquido mínimo, para a qualificação econômico-financeira da licitante no certame, sem justificativa para a cumulação, por violar o disposto no art. 31, §2º da Lei 8.666/1993, que determina a exigência alternativa do capital líquido mínimo ou do patrimônio líquido mínimo.” (Reex. Nec. Nº 1.0024.08.0170.870-3/001



[1708703-69.2008.8.13.0024 (1)]; data do julgamento: 03/07/2013; data da publicação: 12/07/2013-g.n.).

Em síntese, por existir na hipótese dos autos exigência não contida na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993, art. 31, §2º), a concessão da segurança para declarar a Construtora Sodeste Ltda. habilitada no Processo Licitatório de nº 19/2018 (Tomada de Preços nº 02/2018), com fundamento do item 25.4, alínea "d", do referido Edital (fs.180 a 206-v), é medida que se impõe.

Ante o exposto, mantenho a decisão de fs.225-6 por seus próprios fundamentos; acolho o pedido inicial para conceder a segurança pleiteada e, em consequência, extinguir o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: **a)** com fundamento na Lei nº 8.666/1993, art. 31, §2º, a qual estabelece a exigência alternativa do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo para a qualificação econômico-financeira, declarar a Construtora Sodeste Ltda. habilitada no Processo Licitatório de nº 19/2018 – Tomada de Preços Nº 02/2018, com fundamento do item 25.4, alínea "d", do referido Edital (fs.180 a 206-v); **b)** determinar o devido prosseguimento e/ou restabelecimento das etapas em que a impetrante eventualmente deixou de participar no Processo Licitatório de nº 19/2018 – Tomada de Preços Nº 02/2018 (fs.180 a 206-v) até a adjudicação, se preencher os demais requisitos legais e editalícios; **c)** revogar a decisão proferida às fs. 225-6, item "1", com o consequente prosseguimento do Processo Licitatório de nº 19/2018 – Tomada de Preços Nº 02/2018 (fs.180 a 206-v) até o final.

Nos termos do artigo 14, §1º, da Lei nº 12.016/2009, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais após o transcurso do prazo para interposição do recurso voluntário.

Sem custas e honorários (Súmula nº 512 do STF).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Monte Carmelo, MG, 06 de junho de 2018.

João Marcos Luchesi  
Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
**CERTIDÃO - REGISTRO DE SENTENÇA**  
Certifico e dou fé que a sentença foi registrada  
às fls. 620, do livro nº 464  
06 de junho de 2018  
O(A) Escrivão(a) \_\_\_\_\_